

Brasileiro não tem saúde e hospitais

Um diagnóstico da atual situação da saúde no Brasil mostra que apenas 3 por cento da população têm as suas necessidades médico-sanitárias e médico-assistenciais satisfatoriamente atendidas — afirmou o presidente da Federação Brasileira de Hospitais, Helvécio Boaventura Leite, que mantém dois representantes participando da V Conferência Nacional de Saúde, em Brasília.

Disse Helvécio Boaventura que “enquanto o número per capita de atendimentos, em cada ano, varia de 10 na Alemanha Federal a 5 nos Estados Unidos, no Brasil alcança menos de 1, tornando-se imprescindível a colaboração de todos os órgãos, oficiais e particulares, com os programas de governo que visam melhorar este quadro”.

— Se isto não acontecer — prosseguiu — com o crescimento da população e o conseqüente aumento das necessidades assistenciais, a situação poderá se agravar nos próximos anos, pois deveremos chegar a 1980 com 120 milhões de habitantes, segundo o II Plano Nacional de Desenvolvimento. Acrescentando que a III Reunião Especial dos Ministérios da Saúde das Américas concluiu pela necessidade de cada país oferecer a seus habitantes o mínimo de duas consultas-ano e um leito-dia-ano por pessoa.

PREVIDÊNCIA

Dentro do princípio de que a saúde é uma das principais metas do governo e um dos itens básicos do desenvolvimento social, o INPS está ampliando a assistência médico-hospitalar, que deverá benefi-

ciar 80 por cento da população urbana em 1980, ou cerca de 60 milhões de pessoas, correspondendo a quatro milhões de novos beneficiários anualmente. Em 1976, o INPS prevê o atendimento de 50 milhões de consultas (duas para cada um) e utilizará 50 milhões de leitos, na base de um leito-dia para cada beneficiário, isto é 138,8 mil leitos-dia.

Para manter o atual índice de leitos por mil habitantes (3,46), serão necessários mais 11.485 novos leitos hospitalares anualmente, até 1980, considerando o aumento da população prevista pelo II PND, e prosseguir nesta proporção até o ano 2.000. Devemos considerar que um hospital leva de três a quatro anos para ser construído e entrar em funcionamento, o que determinará uma queda dessa porcentagem nos próximos anos, com a recuperação posterior. Aliás — disse Helvécio — entre 1971 e 1974 houve uma queda de 10 por cento, pois naquele ano tínhamos 3,8 leitos por mil habitantes e chegamos ao início de 1975 com 3,46, devido ao crescimento da população não ter sido acompanhado pelo aumento de leitos na rede hospitalar brasileira.

PRÓXIMA DÉCADA

Felizmente — frisou o presidente da FBH — este quadro já pertence ao passado, pois agora, com os recursos do Fundo de Anóio ao Desenvolvimento Social (FAS), acreditamos que será possível recuperar essa defasagem e melhorar as condições do atendimento médico-hospitalar, uma das prioridades do governo Geisel. Temos que partir, no entanto, para uma melhora

substancial na próxima década e chegar a 1985 com o índice de 5 leitos por mil habitantes, o que exigirá a construção de 202.850 novos leitos em 10 anos, correspondendo a um investimento anual de cerca de Cr\$ 1,2 bilhão, a preços de hoje.

Nesta ampliação, com a redução da correção monetária para as áreas prioritárias, a presença da iniciativa privada será decisiva, pois estes custos, adicionados aos da manutenção e equipamento, corresponderiam a 26 por cento do orçamento da União. Podemos exemplificar citando o fato de que a manutenção atual da rede hospitalar brasileira, considerando o custo de Cr\$ 200,00 paciente-dia, daria Cr\$ 26.829.106.000,00 (26% do orçamento). Manifestou a confiança na decisão do governo de ampliar a assistência à população e no êxito da FAS para que possamos chegar a 1990 com o índice de 7 a 8 leitos por mil habitantes, já alcançado pelos países mais desenvolvidos.

Finalizou o presidente da FBH afirmando que “na prestação da assistência médico-hospitalar o governo deve incentivar a iniciativa privada, entregando-lhe progressivamente a execução dos serviços. Devem ser incentivadas, prioritariamente, as iniciativas já comprovadamente eficientes, como a assistência aos beneficiários da Previdência Social. Outro exemplo é o convênio com empresas que só no Estado de São Paulo beneficia 2 milhões de pessoas, que deixaram de ser atendidas diretamente pelo INPS, desafogando os seus postos de atendimento, em benefício de outras camadas da população.